

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.356 - PI (2019/0220078-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : IGOR DA SILVA BRAZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Piauí, mantendo, na íntegra, a sentença que condenou IGOR DA SILVA BRAZ à pena de 7 (sete) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, em regime semiaberto, mais 40 (quarenta) dias-multa, por infração ao art. 157, §2º, I e II, c/c art. 71, ambos do Código Penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 211/213):

APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. OITIVA JUDICIAL DA VÍTIMA. RECONHECIMENTO EM SEDE PRÉ-PROCESSUAL E JUDICIAL. VALOR PROBATÓRIO. MAJORANTES. CONCURSO DE AGENTES. IDENTIFICAÇÃO DO COMPARSA. DESNECESSIDADE. EMPREGO DE ARMA. APREENSÃO E PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CONTINUIDADE DELITIVA. DOSIMETRIA. CONSEQÜÊNCIAS. ABALO PSICOLÓGICO DA VÍTIMA. NÃO RESTITUIÇÃO DA RES FURTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. TEORIA DA CO-CULPABILIDADE. ATENUANTE. INAPLICABILIDADE. CRIME CONTINUADO. PERCENTUAL DE AUMENTO. QUANTIDADE DE INFRAÇÕES. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA.

1 - A materialidade do delito se encontra comprovada, sobretudo pelos documentos colacionados no auto de prisão em flagrante e no inquérito, notadamente a oitiva das vítimas LUIZ FELIPE e ROSE MARIA, que descrevem como foram abordadas, em momento diferentes, por dois indivíduos numa moto, armados, exigindo-lhes a entrega dos seus respectivos aparelhos celulares, tendo eles fugido após a entrega dos referidos objetos. A autoria delitiva, por seu turno, está suficientemente demonstrada, tanto pelo depoimento judicial da vítima LUIZ FELIPE na audiência de instrução, que corrobora as suas declarações prestadas no inquérito policial, bem como pelo reconhecimento feitos por ambas as vítimas.

Superior Tribunal de Justiça

2 - As declarações e o reconhecimento feito pela vítima representam elementos probatórios lícitos e devem merecer o devido valor dentro do livre convencimento do magistrado e de sua persuasão racional, não é necessária a estrita observância das formalidades do art. 226 do CPP quando o ato de reconhecimento é realizado pela vítima de forma segura, servindo para indicar a autoria delitiva, sobretudo porque realizada em sede judicial e porque lastreada também em outras substanciais provas coligidas aos autos.

3 - No roubo, para a incidência da majorante de concurso de agentes, é necessária a comprovação apenas dos seguintes elementos: pluralidade de condutas, relevância causai delas e liame subjetivo entre os agentes. O fato de não serem todos os comparsas identificados, outrossim, não impede a aplicação da majorante. Para a incidência da causa de aumento prevista no art. 157, § 2º, I, do CP, não é necessária sequer a apreensão e perícia da arma utilizada, desde que sua efetiva utilização seja provada por outros meios, como no caso, em que ambas as vítimas apontaram o uso da arma de fogo como meio intimidatório durante a subtração de seus celulares.

4 - Para a configuração da continuidade delitiva, exige-se que o agente realize a conduta tipificada duas ou mais vezes, de crimes da mesma espécie, pelas mesmas condições de tempo, lugar e modus operandi, sendo que, serão da mesma espécie aqueles crimes previstos no mesmo tipo penal, com as mesmas elementares do tipo penal incriminador, com violação aos mesmos bens. No caso dos autos, não há como se considerar que os delitos foram isolados, mas sim em continuidade delitiva, devendo incidir a majorante prevista no art. 71 do Código Penal.

5- O julgador deve, ao individualizar a pena, examinar com acuidade os elementos que dizem respeito ao fato, obedecidos e sopesados os critérios estabelecidos na legislação penal, para aplicar, de forma justa e fundamentada, a reprimenda que seja, proporcionalmente, necessária e suficiente para reprovação do crime. No caso, o magistrado a quo valorou negativamente as conseqüências do crime de forma fundamentada, alicerçando seu juízo em elementos concretos que, ao contrário do que alega o apelante, não são inerentes ao tipo penal. De fato, tanto o abalo psicológico da vítima como a não restituição dos bens roubados devem ser considerados negativamente na dosimetria, motivo pelo qual não há como excluir sua aplicação na primeira fase.

6 - A atenuante inominada prevista no art. 66 do CP apenas pode ser reconhecida quando houver uma circunstância, não prevista expressamente em lei, que permita verificar a

Superior Tribunal de Justiça

ocorrência de um fato indicativo de uma menor culpabilidade do agente. A propósito, não se prestam a atenuar a sanção penal, a título de atenuantes inominadas, alegações tais como situação econômica desfavorável, marginalização social, dificuldades financeiras ou coculpabilidade do Estado, conforme entendimento jurisprudencial consolidado.

7- O aumento da pena - tanto na continuidade simples quanto na continuidade específica - deve se pautar no número de infrações cometidas e também nas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP. No caso, considerando que as conseqüências dos delitos foram consideradas negativas, sobretudo pela não restituição dos bens roubados, encontra-se justificada a majoração do crime continuado em patamar inferior ao percentual mínimo fixado pela legislação penal.

8 - Apelação conhecida e improvida, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos, acordes com o parecer ministerial superior.

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a Defensoria Pública violação dos arts. 59 do Código Penal, 226 e 386 do Código de Processo Penal.

Pretendendo a absolvição, aduz que o acervo probatório dos autos não é harmônico e que a materialidade e autorias delitivas não restaram devidamente comprovadas, tendo o juiz baseado sua convicção exclusivamente no reconhecimento pessoal e fotográfico feito por uma das vítimas, não confirmado em juízo e sem observância às formalidades legais.

Prossegue sustentando ilegalidade na dosimetria, devido a majoração indevida da pena-base, e por não ter sido reconhecida a atenuante genérica prevista no art. 66 do Código Penal - coculpabilidade compartilhada do Estado pela vulnerabilidade social do acusado.

Pugna, ao final, pela absolvição, ou seja reduzida a pena imposta ao recorrente.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 241/260), o recurso foi inadmitido (e-STJ fls. 264/266), motivando o presente agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Contraminuta às e-STJ fls. 285/295 e manifestação ministerial, nesta instância, pelo desprovimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 343):

EMENTA: PENAL e PROCESSUAL PENAL. Agravo em REsp. Art. 1.042 do CPC. Apelo especial que não foi conhecido com base nas Súmulas 284 do STF e 7 do STJ. Razões que se limitam a impugnar a decisão que inadmitiu o recurso de forma genérica sem infirmar os fundamentos da referida decisão. Ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula nº 182 do STJ. Não conhecimento do agravo e, ad argumentandum tantum, não provimento do recurso.

O agravo é tempestivo e foram impugnados os fundamentos do despacho de inadmissibilidade.

Sem razão a defesa quando pugna pela absolvição.

Veja o que disse o Tribunal *a quo*, ao ratificar a condenação do acusado (e-STJ fls. 216/217):

Inicialmente, constato que a materialidade do delito se encontra comprovada, sobretudo pelos documentos colacionados no auto de prisão em flagrante e no inquérito, notadamente a oitiva das vítimas LUIZ FELIPE e ROSE MARIA, que descrevem como foram abordadas, em momento diferentes, por dois indivíduos numa moto, armados, exigindo-lhes a entrega dos seus respectivos aparelhos celulares, tendo eles fugido após a entrega dos referidos objetos.

A autoria delitiva, por seu turno, está suficientemente demonstrada, tanto pelo depoimento judicial da vítima LUIZ FELIPE na audiência de instrução, que corrobora as suas declarações prestadas no inquérito policial, bem como pelo reconhecimento feitos por ambas as vítimas.

De fato, em juízo, ou seja, em sede de contraditório e assegurada a ampla defesa, a primeira vítima LUIZ FELIPE contou detalhadamente como o apelante e seu comparsa lhe abordaram e mandou que ele se dirigisse à praça da cidade, onde exigiram a entrega de seu celular. Contou também que viu os mesmos indivíduos abordarem uma mulher - a segunda vítima ROSE MARIA - e também lhe roubaram o celular, fugindo em seguida.

Neste contexto, consigno que as declarações e o reconhecimento

Superior Tribunal de Justiça

feito pela vítima representam elementos probatórios lícitos e devem merecer o devido valor dentro do livre convencimento do magistrado e de sua persuasão racional.

Com efeito, a palavra da vítima tem um valor probante deveras importante, pois em muitos casos só esta pode descrever pormenorizadamente como se deu a conduta delituosa, sobretudo em se tratando de crimes clandestinos, praticados sem ou com quase nenhuma testemunha, como no caso.

Assim, quando coerente e harmoniosa, a palavra da vítima possui inegável alcance, pois nem sempre há testemunhas visuais do fato, sendo plenamente suficiente para a condenação, sobretudo quando não existem quaisquer elementos a desacreditá-la, como na hipótese dos autos. No que diz respeito ao valor probatório das declarações das vítimas, destaco o seguinte arresto deste Tribunal:

[...]

Dá se concluir que a versão da vítima, protagonista do evento, por encerrar valor inestimável, não pode ser desprezada, salvo se provado, de modo cabal e incontroverso, que ela se equivocou ou mentiu, o que não restou demonstrado no presente caso concreto.

Não bastasse a narrativa consistente e harmônica desta primeira vítima, que se coaduna com as declarações prestadas pelas vítimas no inquérito policial, é de se dizer que ambas as vítimas reconheceram o apelante como um dos indivíduos que lhes abordaram, exigindo a entrega do celular.

Acrescente-se que o reconhecimento feito ainda na seara policial foi confirmado pela primeira vítima, que, na audiência de instrução, voltou a reconhecer o apelante como uma das pessoas que lhe roubaram, bem como que roubaram uma mulher na mesma praça, no caso, a segunda vítima ROSE MARIA.

No ponto, destaco que não é necessária a estrita observância das formalidades do art. 226 do CPP quando o ato de reconhecimento é realizado pela vítima de forma segura, servindo para indicar a autoria delitiva, sobretudo porque realizada em sede judicial e porque lastreada também em outras substanciais provas coligidas aos autos.

Pelos trechos acima transcritos, observo que a Corte de origem expressamente reconheceu que a autoria delitiva está suficientemente demonstrada pelo depoimento judicial da vítima Luiz Felipe na audiência de instrução corroborando as declarações prestadas no inquérito policial, bem

Superior Tribunal de Justiça

como pelos reconhecimentos realizados.

Ora, proclamar a absolvição, nesta oportunidade, implica em exame aprofundado do material fático-probatório, inviável em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO EM SEDE DE APELAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INOCORRÊNCIA. PROVAS COLHIDAS JUDICIALMENTE. SÚMULA 7/STJ.

I - Nos termos do art. 155 do CPP, é inadmissível a condenação baseada unicamente em elementos colhidos na fase inquisitorial, sem a submissão ao crivo do contraditório

II - No caso, a negativa do acusado foi infirmada pelas outras provas reunidas nos autos, indicando que o réu obteve a vantagem ilícita. Vítima e testemunhas confirmaram em juízo os fatos aqui apurados.

III - A pretensão absolutória, tal como veiculada nas razões recursais, demandaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, providência inadmissível na via eleita, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

IV - Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 652.125/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 22/09/2015)

Ressalte-se, ainda, que as disposições insculpidas no art. 226 do CPP, configuram uma recomendação legal, e não uma exigência absoluta, não se cuidando, portanto, de nulidade quando praticado o ato processual (reconhecimento pessoal) de modo diverso.

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DA REALIZAÇÃO DE PROVA. RECONSTITUIÇÃO DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE A CONDENAÇÃO FUNDAMENTOU-SE, EXCLUSIVAMENTE,

Superior Tribunal de Justiça

NO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO. NÃO COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS PROBATÓRIOS. REVOLVIMENTO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

IV - Inviável o acolhimento do pedido de absolvição do paciente, pois demandaria o exame aprofundado de todo conjunto probatório, como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus, que não admite dilação probatória.

V - O reconhecimento fotográfico não é inválido como meio de prova, pois, conquanto seja aconselhável a utilização, por analogia, das regras previstas no art. 226 do Código de Processo Penal, as disposições nele previstas são meras recomendações, cuja inobservância não causa, por si só, a nulidade do ato. Precedentes.

VI - In casu, consta que o reconhecimento fotográfico não foi o único elemento de prova a fundamentar a condenação, pois foi corroborado por outros elementos, como "termos de reconhecimento pessoal" e os "relatos efetuados pelos ofendidos em juízo".

Habeas corpus não conhecido. (HC 427.051/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 10/04/2018)

Por outro lado, não vislumbro ilegalidade na dosimetria.

O julgador deve aplicar de forma justa e fundamentada a reprimenda. O *quantum* deverá ser necessário e suficiente à reprovação, atendendo-se, ainda, ao princípio da proporcionalidade.

A fixação da pena insere-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

E, de acordo com o art. 59 do Código Penal, a pena-base será fixada pelo juiz "atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social,

Superior Tribunal de Justiça

à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima".

No caso, a pena-base foi fixada acima do mínimo legal - 5 anos - em face da valoração negativa das consequências do crime, com base em elementos concretos não inerentes ao tipo penal, pois as vítimas tiveram contra si arma de fogo apontada.

Veja, a propósito, os trechos da denúncia (e-STJ fl. 2):

Durante a abordagem o Denunciado sacou e apontou contra a Primeira Vítima uma arma de fogo, ordenando à Vítima para que seguisse em direção à Prefeitura Municipal de floriano, tendo a vítima atendido a determinação. Chegando na referida Praça, o Denunciado, ainda utilizando a arma de fogo, ordenou para que a Vítima lhe entregasse o aparelho celular, tendo a Vítima entregue o referido aparelho

Em seguida, o Denunciado e seu comparsa avistaram a Segunda Vítima (ROSE MARIA) e decidiram abordá-la da mesma forma (mesmo MODUS OPERANDI) que abordaram a Primeira Vítima, isto é, ambos meliantes de motocicleta, sendo o Denunciado na garupa, se aproximaram da Segunda Vítima, tendo o Denunciado sacado uma arma de fogo e apontado para a Segunda Vítima, ordenando para que esta lhe entregasse o aparelho celular. Em razão da condição estática da Segunda Vítima, o próprio Denunciado puxou o aparelho do seu bolso (da Segunda Vítima) e fugiu junto com o comparsa.

Há de ser ressaltado, ainda, que a análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito. Assim, é possível que "o magistrado fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto" (AgRg no REsp N. 143071/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 6/5/2015).

Finalmente, a teoria da coculpabilidade não pode ser erigida à condição de verdadeiro prêmio para agentes que não assumem a sua

Superior Tribunal de Justiça

responsabilidade social e fazem da criminalidade um meio de vida.

Diante do exposto, **conheço do agravo** para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

